Notícias do dia 03 de maio

TRIBUNAL DE CONTAS
DO ESTADO DE GOIÁS

Sumário

Número de notícias: 4 | Número de veículos: 4

O POPULAR - GO - OPINIÃO
TCE - GO
Persuasão - GIRO 3

GAZETA DO ESTADO IMPRESSO - GO - GERAL
TCE - GO
Com 26 assinaturas, Proposta coloca extinção do TCMGO em evidência - TABULEIRO POLÍTICO
. 4

MAIS GOIÁS - GO - NOTÍCIAS
TCE - GO
Mais perda que ganho, diz presidente da FGM sobre extinção do TCM 5

DIÁRIO CENTRAL ONLINE - GO - POLÍTICA
TCE - GO
Assembleia acelera a tramitação da PEC de extinção do TCM-GO 6

Persuasão - GIRO

Caio Henrique Salgado

Na tentativa de inviabilizar a PEC do TCM, articuladores do tribunal buscam prefeitos com o argumento de que a proposta fortalecerá as câmaras municipais.

Em documento

Prefeitos procuram o presidente da Assembleia, Lissauer Vieira (PSB), para tratar do assunto. Deputados já pediram parecer ao corpo técnico da Casa para mostrar que, caso a PEC passar, a fiscalização ficará com o TCE.

Site: https://www.opopular.com.br/digital/03-maio-2021/1o-caderno

Com 26 assinaturas, Proposta coloca extinção do TCMGO em evidência - TABULEIRO POLÍTICO

Silvio Soũls

Na semana passada, o debate esquentou sobre a extinção do Tribunal de Contas dos Municípios de **Goiás** (TCM- GO). Por iniciativa do deputado Henrique Arantes (MDB), a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que prevê a extinção do TCM foi apresentada durante sessão na Assembleia Legislativa na tarde de terça-feira, 27.Até aquele momento, o documento contava com 26 assinaturas, o que é mais do necessário, pois de acordo com o regimento interno, são imprescindíveis 25 votos para aprovação. Em uma publicação, Arantes afirmou: "**Goiás** é um dos três estados que ainda tem TCM e a gente não vê necessidade de existência desse tribunal." O presidente da **Alego**, Lissauer Vieira (PSB), que também é a favor da extinção, declarou recentemente que os conselheiros e funcionários não vão ser exonerados e sim, remanejados, por exemplo, para o **Tribunal de Contas do Estado de Goiás** (**TCE**).

O presidente da Associação Goiana dos Municípios (AGM), Paulo Sérgio de Rezende (PSDB), saiu em defesa do Tribunal ao dizer que o órgão é regulador e que não julga politicamente. Na opinião dele, se a fiscalização dos municípios, principalmente do interior, ficar apenas por conta das câmaras municipais, há risco dos vereadores serem influenciados na aprovação das contas dos prefeitos.

Site: https://www.gazetadoestado.com.br/wp-content/uploads/sites/5/2021/04/Gazeta-4605.pdf

Mais perda que ganho, diz presidente da FGM sobre extinção do TCM

Para o presidente da Federação Goiana dos Municípios (FGM), José de Sousa Cunha , a extinção do Tribunal de Contas dos Municípios (TCM-GO) representa mais perda do que ganho. Vale lembrar, tramita na **Assembleia Legislativa de Goiás** (**Alego**) uma proposta de emenda à Constituição (PEC) que propõe a extinção do TCM-GO.

A PEC do deputado estadual Henrique Arantes (MDB) foi apresentada com 26 assinaturas, no último dia 27 de abril. Segundo Cunha, há oito anos a gestão do órgão tem sido voltada à qualificação dos gestores.

Para ele, o tribunal tem papel fundamental. "Ele tem um papel importante no que tange à qualificação, a dar segurança e a orientar o gestor sobre a aplicação das políticas públicas. Isso, porque uma vez prefeito, se ele não tiver os devidos cuidados, terá problemas eternamente em seu CPF", avalia.

Função

O Tribunal de Contas dos Municípios é responsável pela fiscalização dos 246 municípios goianos (Prefeituras e Câmaras Municipais), empresas públicas, fundações, autarquias, institutos de previdência, Fundos Municipais de Saúde; Fundos municipais de assistência social, dos direitos da criança e do adolescente, de habitação de interesse social, de educação e de manutenção e desenvolvimento da educação básica.

Ao todo, segundo o TCM, são 1.900 entidades avaliadas com base na transparência e nos princípios constitucionais da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência. Por meio de nota, ao portal, o tribunal disse que não é ineficiente e nem caro . Atualmente, o custeio mensal do órgão é de R$ 530 mil, mais 9,650 milhões em servidores ativos e R$ 5,7 milhões de inativos.

"Seu custo não chega a 0,5% (meio por cento) do orçamento do Estado de **Goiás**. A propalada redução de custo seria pífia." Com a extinção do órgão, os servidores seriam remanejados, por exemplo, para o **TCE**. "A solução de continuidade seria gigantesca e danosa à sociedade. O Estado consumirá tempo e recursos para absorver a estrutura e a expertise que o TCM detém para lidar com a gestão municipal", adverte.

Um dos únicos

Favorável a extinção do tribunal, o presidente da **Alego**, Lissauer Vieira (PSB) argumentou que, além de **Goiás**, só três Estados possuem esse tipo de tribunal. "O TCM está em extinção no País. Se gerasse atraso [não ter], seria para todos."

Acerca da economia, ele lembra que os servidores não perdem a carreira e serão mantidos. Contudo, ele avalia como significativa a economia nos custos de manutenção estrutural. Vale lembrar, em 2018 também houve a sugestão, por parte do ex-deputado estadual [hoje federal] José Nelto (Podemos), de extinguir o tribunal.

Site: https://www.emaisgoias.com.br/mais-perda-que-ganho-diz-presidente-da-fgm-sobre-extincao-do-tcm/

Assembleia acelera a tramitação da PEC de extinção do TCM-GO

A Proposta de Emenda Constitucional (PEC), que visa acabar com o Tribunal de Contas dos Municípios (TCM-GO), já tramita no Poder Legislativo goiano. O documento, de autoria do deputado Henrique Arantes (MDB), foi protocolado na Casa, na terça-feira, 27, e conta com a assinatura de 26 parlamentares. O texto, portanto, está apto para tramitação na Comissão de Constituição, Justiça e Redação (CCJ).

Em sua justificativa, Arantes defende que a extinção do órgão resultará economia estatal. "Tão importante no atual cenário", reitera. Ele explicou que, conforme o modelo constitucionalmente proposto em âmbito nacional, é que o controle externo exercido pelos parlamentos estaduais e municipais seja realizado com o auxílio do respectivo **Tribunal de Contas do Estado** (**TCE**).

"Todavia, o constituinte permitiu o experimentalismo federativo em relação às então existentes cortes de contas, estaduais ou municipais, específicas para o controle externo municipal. O que permitiu a continuidade dos Tribunais de Contas dos Municípios de **Goiás** e de outros já existentes quando da promulgação da Constituição Federal", enunciou o emedebista.

Arantes argumenta, ainda, que, "isso, contudo, não proibiu a futura extinção dessas cortes para adoção do modelo nacionalmente proposto, como já decidido pelo próprio Supremo Tribunal Federal conforme a ADI 5.763".

Site: http://diariocentral.com.br/politica/assembleia-acelera-a-tramitacao-da-pec-de-extincao-do-tcm-go